

## **VIOLÊNCIA SEXUAL: SILÊNCIAMENTO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO MÉDIO**

Thayná Caroliny Souza Melo<sup>1</sup>  
Prof<sup>o</sup>. Dra. Adenize Queiroz de Farias<sup>2</sup>

### **RESUMO**

Percebe-se que a temática desperta interesses de diversas áreas do conhecimento para temas direcionados às pessoas com deficiência. O presente estudo objetivou identificar as barreiras atitudinais de violência sexual, direcionada as Pessoas com Deficiência, em termos de vulnerabilidade seguido de silenciamento pessoal na última etapa da Educação Básica, sendo assim, no Ensino Médio da Rede Pública, e como as leis e fiscalizações funcionam, dentro do âmbito escolar a respeito da violência sexual direcionada a pessoas com deficiência. O método utilizado foram pesquisas bibliográficas nas quais abordam violências sexuais, direitos sociais e conquistas destas pessoas registradas em trabalhos científicos e artigos. Espera-se ampliar o conhecimento das violências contra pessoas com deficiência no âmbito escolar, conduzir as reflexões da comunidade acadêmica sobre o tema e assim, se constituir em um instrumento efetivo a fim de fomentar a promoção da cidadania.

**Palavras-chave:** Pessoa com deficiência, Violência sexual, Políticas públicas, Segregação, Cidadania.

### **INTRODUÇÃO**

Sabe-se que, experiências como pobreza, desigualdade e exclusão produzem múltiplas vulnerabilidades, que associadas à deficiência e ao transtorno mental, segundo Cavalcante et. al. (2009, p. 46), “perpetuam desvantagens cumulativas, reduzindo as oportunidades e até mesmo o discernimento quanto aos direitos e a forma de acesso a eles”. Educação incompleta, desemprego e pobreza são condições provenientes de um ciclo perverso, associadas a outro ciclo também perverso como a falta de acesso a bens e serviços como água

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, [thaynacaroliny84@gmail.com](mailto:thaynacaroliny84@gmail.com);

<sup>2</sup> Professora, Doutora, Universidade Federal da Paraíba - UFPB, [adenize.queiroz.ufpb@gmail.com](mailto:adenize.queiroz.ufpb@gmail.com).

potável, instalações sanitárias, habitação adequada, saúde, educação, capacitação profissional e oportunidades de emprego (CAVALCANTE et. al., 2009).

A violência sexual experienciada pelas pessoas com deficiência faz parte de diversas violências, reportadas às autoridades e atendidas por profissionais da saúde, da educação e da assistência social. O abuso sexual é um tema extremamente delicado porque envolve assuntos íntimos sobre a vida sexual das pessoas, situação que gera vergonha, indignação e muita dor aos familiares quando eles assumem expor os agressores(a)s que, na maioria dos casos, são membros de suas famílias. O abuso sexual é um crime que acontece em qualquer camada social, incluindo pessoas com níveis educacionais distintos que sempre resulta em prejuízos significativos para a vítima, nesse caso, as pessoas com deficiência no ensino médio.

A prevenção contra a violência sexual pode se dar de diversas formas, envolvendo mapeamento de casos, atendimento às vítimas e programas de prevenção às violências e de discussão sobre sexualidade e gênero em variados ambientes, como a família e a escola. A violência sexual pode ser entendida como:

[...] qualquer ato sexual, tentativa de obter um ato sexual, comentários inapropriados ou avanços de natureza sexual, além do tráfico sexual, realizados sem consentimento ou usando de coerção, sendo realizada por qualquer pessoa, independentemente de sua relação com a vítima, em qualquer situação, incluindo, mas não se limitando, a casa e ao trabalho (OMS, 2002, p. 149, tradução nossa).<sup>3</sup>

Portanto todo ato sexual seguido de ameaça, repressão, coerção, chantagens e qualquer atitude nessa consistência de caráter sejam elas com toques ou não, penetração sem o consentimento da outra pessoa é considerado um ato de violência sexual. Entretanto, em grande maioria as pessoas com deficiência são vistas como as únicas causadoras desses abusos. No Brasil, os resultados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), em sua edição de 2015, revelaram: 4,0% dos escolares entrevistados afirmaram terem sido forçados a ter relação sexual, variando de 3,7% dos meninos a 4,5% das meninas. Segundo dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), a violência sexual ocupa a segunda posição entre as agressões contra adolescentes na faixa etária de 10 a 19 anos, com 23,9% das notificações, sendo ultrapassada apenas pela violência física, com 63,3%.

Dentro dos tipos de violência sexual, é comum encontrar incidência de exploração sexual e de estupro contra crianças e adolescentes. Exploração sexual, de acordo com o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2018b), é o envolvimento forçado de crianças e adolescentes em atividades sexuais de prostituição, tráfico ou casamento forçado. O estupro é qualquer ato sexual, envolvendo ou não penetração, que é obtido a partir de coerção,

constrangimento ou violência sem o completo consentimento de ambas as partes. Ambas estas violências sexuais são consideradas crimes passíveis de punição no território brasileiro segundo a Lei de Crimes Sexuais (BRASIL, 2009), além de serem classificadas como categorias de violência pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002).

Segundo a Associação Brasileira para Ação por Direitos das Pessoas com Autismo (ABRAÇA, 2016), há pesquisas internacionais que demonstram grande incidência de violências contra esse público, principalmente contra mulheres e adolescentes do gênero feminino com deficiência intelectual. As mulheres com deficiência estão dez vezes mais vulneráveis e serem vítimas de violência sexual repetidamente. No caso da população masculina, homens com deficiência são quatro vezes mais vulneráveis do que homens sem tal diagnóstico (OMS, 2011; UNFPA, 2018a; 2018b).

Dessa forma, a pessoa com deficiência se constitui uma vítima fácil em situações de incapacitação de expressão pessoal, como no caso das pessoas surdas ou de pessoas com deficiência intelectual; pode estar imobilizada, como no caso de pessoas com deficiências físicas ou pode até mesmo não reconhecer o agressor, como no caso de pessoas com deficiência visual. Diante do exposto, fica evidente a relevância desse trabalho que tem como objetivo a partir de um estudo bibliográfico, ampliar o conhecimento e as reflexões sobre a violência sexual praticada contra pessoas com deficiência no ensino médio. Com base no objetivo desta pesquisa, o texto está estruturado da seguinte maneira: Apresentaremos inicialmente a introdução que apresenta a temática, a metodologia que conduziu o estudo, seguida do referencial teórico, do resultado e das discussões realizadas e, finalmente, de algumas considerações a respeito da temática.

## **METODOLOGIA**

A priori, a escolha da presente temática se deu a partir de uma experiência vivenciada em minha formação discente no ensino médio da rede pública, onde me deparava com cenas e abordagens bem como de abusos sexuais contra pessoas com deficiência, o que nelas gerava um silenciamento pessoal e social num espaço que tem o único propósito de fornecer educação, que é um processo de facilitar a aprendizagem ou a aquisição de conhecimentos, habilidades, valores, crenças e hábitos. Portanto o artigo contribuirá para aprimorar os conhecimentos e as reflexões sobre a violência sexual praticada contra as pessoas com deficiência. Para Costa e Zoltowski (2014), a revisão sistemática ocorre através de procedimentos específicos: inicialmente formula-se um problema de pesquisa, para

então se eleger os temas norteadores que serem pesquisados na literatura, que se convertem em operadores booleanos, enfim selecionando as bases de dados em que os temas serão pesquisados a partir dos operadores.

Dessa forma, o método utilizado consistiu na realização de um estudo bibliográfico o qual aborda violências sexuais, direitos sociais e conquistas das pessoas com deficiência matriculadas no ensino médio. Para tanto, inicialmente formulou-se um problema de pesquisa, para então titular os temas norteadores a serem pesquisados em trabalhos científicos, para seleção das publicações, utilizou-se os critérios: artigos de 2009 a 2019, escrito em língua portuguesa, os artigos foram depositados na base de dados, Periódicos da CAPES, com os seguintes descritores: Violência sexual AND pessoas com deficiência; Pessoas com deficiência AND ensino médio e Violência sexual contra pessoas com deficiência AND ensino médio.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

A violação dos direitos das pessoas com deficiência reflete as características de uma sociedade injusta que não respeita e protege os direitos de grupos sociais que vivem em situação de desvantagem. Embora existam instrumentos legais nacionais e internacionais que defendem e protegem os direitos de pessoas com deficiência, o século XXI ainda testemunha violências contra essas pessoas desde o dia em que nascem... abandono ao nascer, violência psicológica, abuso sexual, maus tratos, preconceito e discriminação durante a vida.

Tanto a deficiência quanto a exposição prolongada a situações de violência sexual são aqui entendidos determinantes sociais de saúde (SILVA et al.,2019), fatores que impactam diretamente na saúde e no bem-estar do indivíduo, o tornando mais sucintos a adoecimentos e, como discutido anteriormente, um ao outro. A escola, portanto, como instituição social cuja função é formar para o exercício da cidadania deve incorporar em sua política o compromisso tanto de abordar o tema, como de assegurar a proteção de seus estudantes mais vulneráveis. Portanto, espera-se aprofundar o conhecimento a respeito das violências sexuais contra PCD no âmbito educacional, diminuir as taxas e os silenciamentos das pessoas com deficiência, além de conduzir as reflexões da comunidade acadêmica sobre o tema.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Adentrando nos artigos pesquisados, foram encontrados cinco artigos pelos anos de publicação focalizados na área de educação sexual e apenas três focalizados na temática do presente estudo. De acordo com o artigo “Violência sexual: Caracterização e Análise de Casos Revelados na Escola”, apresenta pesquisas indispensáveis sobre abuso sexual em crianças e adolescentes onde os principais agressores são os próprios familiares e conhecidos são os principais, ocasionando o que torna difícil denunciar esses casos. Durante a infância e a adolescência, a escola pode ser um ambiente propício para identificar, intervir e promover fatores de proteção que reduzam a violência e seu impacto no desenvolvimento. O objetivo deste estudo foi analisar casos de abuso sexual revelados ou identificados no ambiente escolar, descrevendo suas características, incidências, perfil das vítimas, agressores, profissionais responsáveis pela identificação e circunstâncias da revelação.

Sendo assim, Foram selecionados 22 casos de um total de 2.522 atendimentos de um programa estadual de denúncia e apoio a vítimas de abuso sexual. A maioria das vítimas era do sexo feminino com idade até 12 anos. Os professores foram os principais responsáveis por identificar os casos, principalmente através de relatos das vítimas. Entre os 22 casos analisados, observou-se maior prevalência do sexo feminino, com 86,36% dos casos, e idade "até 12 anos", com 77,27% dos casos. Embora o abuso sexual possa ocorrer em qualquer faixa etária, é mais comum entre mulheres jovens e adolescentes, como confirmado por este estudo. A maioria das vítimas frequentava a "creche" ou as séries "1ª a 4ª", representando 40,90% dos casos.

É importante pontuar que dos 22 casos, 18 envolviam vítimas de séries inferiores à 5ª, que provavelmente passavam a maior parte do tempo escolar com um único professor, facilitando o desenvolvimento de um vínculo de confiança e a observação de alterações de comportamento. O único caso com uma vítima de 18 anos envolvia uma jovem com deficiência mental, ressaltando que essa condição é um fator de vulnerabilidade em qualquer idade, com estimativas indicando que 50% dessas pessoas com deficiência mental sofrem repetidamente o abuso sexual, e isso acontece pelo menos uma vez em suas vidas, deixando marcas dolorosas seja fisicamente ou psicologicamente.

Já o artigo “VULNERABILIDADE À VIOLÊNCIA SEXUAL NO CONTEXTO DA ESCOLA INCLUSIVA: REFLEXÃO SOBRE A INVISIBILIDADE DA PESSOA COMO

DEFICIÊNCIA”, no que tange às pessoas com deficiência, as pesquisas mostraram a incidência de violência que todas estas experiências de abuso sexual, na maioria das vezes, ocorrem dentro de casa, imediações da residência, escola e, em alguns casos, no ambiente de trabalho. Entre 85 a 90% dos casos registrados de abuso sexual, a

violência é perpetrada por pessoas conhecidas, como pai, mãe, parente, vizinho, amigos da família, colegas de escola, babá, professor, médico, etc. (Cartilha Abuso e Violência Sexual, s/d:55).

Drezett e colegas estudaram, entre 1994 a 1999, 546 vítimas de abuso sexual sendo a maioria dos casos com ênfase no sexo feminino, numa média de 67%, sendo 546 adolescentes entre 12 e 20 anos de idade. O foco da pesquisa foi colocado sobre os mecanismos e fatores relacionados ao abuso sexual em adolescentes (Drezett et al. 2001:4-6). Os dados revelam que:

- No caso de adolescentes entre 12 e 20 anos de idade:

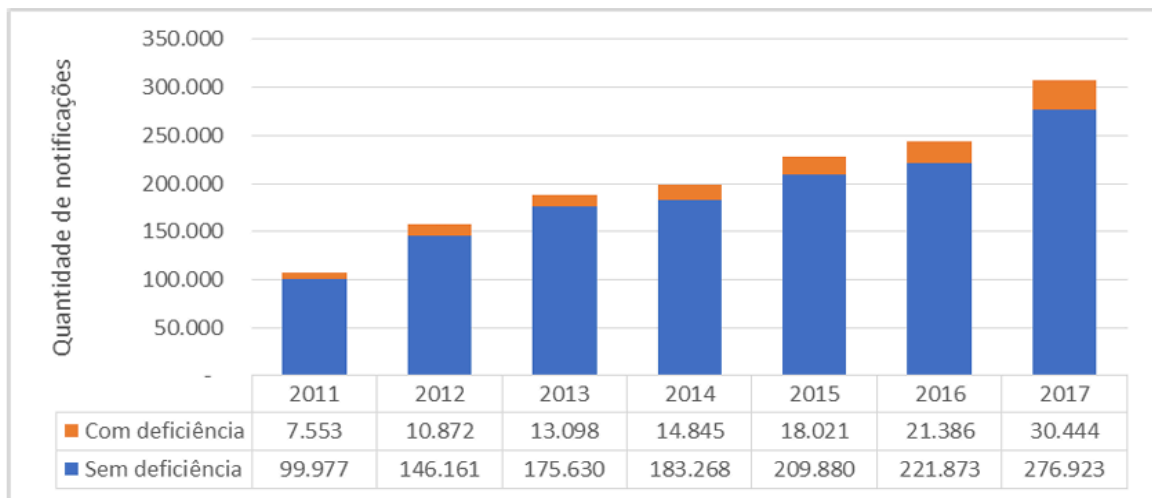
90.8 % Sofreram de estupro	72.3 % Foram violentadas por desconhecidos
----------------------------	--

- Foram vítimas durante atividades cotidianas:

34.8 % No trabalho	24.8 % Na escola	28 % Na casa do agressor
--------------------	------------------	--------------------------

Por fim, o artigo “Casos de violência contra pessoas com deficiência notificados por serviços de saúde brasileiros, 2011-2017” afirma que entre 2011 e 2017, foram notificados 1.429.931 casos de violência interpessoal ou autoprovocada. Desse total, 116.219 (8%) corresponderam a notificações de violências contra pessoas com deficiência. Nesse período, houve um crescente avanço no número de notificações de violência no Brasil (186%), sendo observado um aumento ainda maior do número de notificações de violência contra pessoas com deficiência (303%) (Figura 1).

**Figura 1: Distribuição anual das notificações de violência sexual contra pessoas com deficiência registradas no VIVA/Sinan, Brasil 2011 a 2017**



Platt et al. (2018) hipotetiza a maior vulnerabilidade das pessoas com deficiência às situações de violência sexual e a complexidade do atendimento destes casos visto a dificuldade de identificar os sintomas de crianças e nesse caso, os adolescentes que passam por situações de violência em conjunto com as próprias limitações. Pensamentos vigentes sobre o abuso sexual se tornam perigosos porque levam as pessoas que deveriam proteger a vítima a protegerem o agressor, o qual se sente confortável e seguro para continuar a violência por muito tempo, às vezes anos. Crenças infundadas, portanto, devem ser combatidas e substituídas por conhecimentos consistentes sobre a realidade acerca deste crime e, a escola pode assumir esta tarefa sem dificuldade, (ONU 1989, ONU 2008) e nacionais (Brasil 1988; Mas 1990) promovem e defendem os direitos da criança e do jovem contra toda forma de discriminação e violência.

Tal estereótipo do abusador é um problema porque cria as bases para a sua impunidade. Na maioria das vezes, os agressores são pessoas normais e queridas pelas crianças e adolescentes, sendo que a maioria também é heterossexual e mantém relações sexuais com adultos, 'normalidade' sexual que obviamente ajuda a mantê-lo(a) seguro pois qual mãe (pai) desconfiará de um marido/pai (esposa/mãe) com quem mantém relações sexuais regulares? Os outros 'tipos' (pedófilo, tarado, alcoólatra, drogado) podem ser --físicamente-- qualquer pessoa, assim não há como identificá-los.

Todas as pesquisas bibliográficas que realizaram análises estatísticas nas notificações de violência do sistema 'VIVA' averiguaram a presença de casos contra pessoas com deficiência, em sua maioria mulheres, mas nenhuma pesquisa comparou a prevalência de violência na população com deficiência em relação à população sem o

diagnóstico de deficiência, averiguando se mulheres com deficiência realmente são mais vítimas do que mulheres sem tal diagnóstico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Proteger as crianças e os adolescentes é uma tarefa conjunta de toda a comunidade, de modo a resguardar esse público das mais variadas formas de violência que atinja seus direitos sexuais e, é preciso compreender que a violência sexual deve ser vista, também, como um jogo de poder. As suas vítimas incluindo as crianças e os/as adolescentes são fruto de um poder advindo do/a violentador/a. Acredita-se que uma educação de qualidade e com equidade, a fim de oportunizar boas práticas de ensino, proporciona aos alunos qualidade de vida, com dignidade.

Isso só é possível se pensarmos numa educação fundamentada na concepção de uma política direcionada à prevenção de todo tipo de violência, em foco na violência sexual e investir em programas de apoio a inclusão, programas esses que deixem os alunos com deficiência confortáveis para expressar as situações ocorridas, tendo então uma equipe de atores escolares capacitados para prestar tamanha assistência social e quebrar uma das maiores barreiras do ato de violência sexual, sendo assim, o silenciamento. Neste caso, das pessoas com deficiência, em termos de vulnerabilidade, seguido de silenciamento pessoal na última etapa da Educação Básica, no ensino médio da rede pública.

Portanto, espera-se aprofundar o conhecimento a respeito das violências sexuais contra pessoas com deficiência no âmbito educacional, diminuir as taxas e os silenciamentos das pessoas com deficiência, além de conduzir as reflexões da comunidade acadêmica sobre o tema.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 12.015, de 7 de agosto de 2009. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, p. 01, 10 ago. 2009. PL 4850/2005.



Cartilha ‘Violência e Abuso Sexual’ Disponível em: <http://www.criancascriativas.com.br/familiafortalecida/html/alb5pgs21a27.pdf> Acesso em 30/01/2009.

CAVALCANTE, F. G.; MINAYO, M. C. S. Representações sociais sobre direitos e violência na área da deficiência. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 57-66, 2009.

DREZETT et al. (2001) Estudo relacionado aos fatores e mecanismos de abuso sexual contra crianças e adolescentes do sexo feminino. Disponível em: <http://www.ipas.org.br/arquivos/jefferson/pediatria.doc> Acesso em 30/01/2008.

**NERI**, M. C. Retratos da Deficiência no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. v. 1. 204 p.

ONU (1989) Convenção dos Direitos das Crianças. Tradução: Save the Children Suécia. <http://www.scslat.org>.

**OMS**. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Relatório mundial sobre a deficiência. Trad. Lexicus Serviços Linguísticos. São Paulo, SP: **OMS, The World Bank**, 2011.

**PLATT**, V. B. et al. Violência sexual contra crianças: autores, vítimas e consequências. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 1019-1031, 2018.

PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE DOS ESCOLARES, peNSE, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/inqueritos-de-saude/pesquisa-nacional-de-saude-dos-escolares-pense>. Acesso em: 09 Jun. 2024.

**SANCHES**, L. C. et al. Violência sexual infantil no Brasil: uma questão de saúde pública. **Revista Iberoamericana de Bioética**, n. 9, p. 1-13, 2019.

SOUZA C dos S, Costa MCO, de Assis SG, Musse J de O, Sobrinho CN, Amaral MTR. Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes/VIVA e a notificação da violência infanto-juvenil, no Sistema Único de Saúde/SUS de Feira de Santana-Bahia, Brasil. **Cienc e Saúde Coletiva**. 2014;19(3):773–84.

**SOUZA**, J. M. de; **CARNEIRO**, R. **Universalismo e focalização na política de atenção à pessoa com deficiência**. Saúde soc.[online].2007, vol.16, n.3, pp. 69-84. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v16n3/07.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2011.

**UNFPA**. **Women and young persons with disabilities**: guidelines for providing rights-based and gender-responsive services to address gender-based violence and sexual and reproductive health and rights. United Nations Population Fund., nov. 2018a.

**UNFPA**. **Young persons with disabilities**: global study on ending gender -based violence, and realising sexual and reproductive health and rights. United Nations Population Fund., jul. 2018b.

COSTA, A. B.; **ZOLTOWSKI**, A. P. C. Como escrever um artigo de revisão sistemática. In: KOLLER, S. H., COUTO, M. C. P. P., HOHENDORFF, J. V. (org.). Manual de produção científica. Porto Alegre, RS: Penso, 2014.